



Metropolitano de Lisboa

Relatório Trimestral

Setembro 2018

Índice

1. Painel de Indicadores	2
2. Atividade Operacional.....	3
2.1. Procura	3
2.2. Oferta	3
2.3. Receitas	3
3. Gestão Económica e Financeira	4
3.1. Análise de Balanço	4
3.2. Síntese de Resultados	6
3.2.2. Rendimentos Operacionais	6
3.2.3. Gastos Operacionais.....	7
3.3. Modelo de Financiamento	7
3.4. <i>Stock</i> da Dívida	7
4. Cumprimento das Orientações Legais	8
4.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	8
4.2. Frota Automóvel	9
4.3. Prazo Médio de Pagamentos	9
4.4. Evolução do Efetivo	9
4.5. Limites de Endividamento Bancário	10
4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	10
5. Plano de Investimento	11
6. Demonstrações Financeiras.....	12
6.1. Balanço.....	12
6.2. Demonstração de Resultados	13

1. Painel de Indicadores

Quadro 1 - Painel de Indicadores

INDICADORES DE ATIVIDADE		REAL		PAO	2017	2016
		SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018		
INDICADORES DE PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	124.042	118.664	115.972	161.490	153.191
PKT (Passageiros x km)	10 ³	602.994	570.073	556.213	777.684	735.161
INDICADORES DE OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	2.517	2.384	2.567	3.178	3.039
Qualidade de Serviço (Regularidade)	%	84,7	76,1	82,0	82,5	80,5
Taxa de Ocupação	%	24,0	23,9	21,7	24,5	24,2
INDICADORES DE RH						
N.º de efetivos no final do período	Un.	1.415	1.407	1.484	1.408	1.363
Número médio de efetivos	Un.	1.413	1.371	1.448	1.397	1.369
Massa Salarial	m€	41.167	32.726	33.250	49.719	44.741
Indemnizações por Rescisão	m€	180	62	0	62	372
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	2.463,3	2.250,1	2.520,5	2.368,6	2.176,5
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	100	100
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	5.276,7	5.232,9	5.329,9	5.235,5	5.229,1
Ativo corrente	M€	73,1	64,7	67,3	77,2	77,9
Total Ativo	M€	5.349,9	5.297,6	5.397,2	5.312,8	5.307,0
Capital Próprio	M€	678,1	495,4	707,8	603,3	412,6
Passivo	M€	4.671,8	4.802,2	4.689,4	4.709,5	4.894,4
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5.349,9	5.297,6	5.397,2	5.312,8	5.307,0
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	5,33	0,46	4,73	1,43	5,24
Outros Investimentos	M€	0,72	0,57	15,08	2,10	0,18
Despesa de investimento	M€	6,04	1,03	19,82	3,53	5,42
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	M€	3.748	3.461	3.679	3.734	3.487
Autonomia Financeira %	%	12,67	9,35	13,11	11,36	7,77
Solvabilidade %	%	14,51	10,32	15,09	12,81	8,43
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	13	26	35	19	22
Volume de Negócios	M€	84,7	81,4	84,7	109,4	101,2
EBITDA (corrigido) ¹	M€	-1,25	4,38	-0,55	-4,23	1,26
Margem do EBITDA	%	-1,47	5,38	-0,65	-3,86	1,25
Receita Tarifária por Passageiro com título pago (s/IVA)	€	0,71	0,70	0,70	0,69	0,68
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	0,70	0,67	0,72	0,73	0,69
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	98,6	105,5	102,3	96,4	101,2

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2. Atividade Operacional

2.1. Procura

Quadro 2 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	112.030.953	108.045.893	112.818.542	3.985.060	3,7%	-787.589	-0,7%
Passageiros x km	602.993.549	570.072.748	556.213.152	32.920.801	5,8%	46.780.397	8,4%
Receitas totais (s/ IVA)	79.212.919 €	75.702.634 €	79.011.967 €	3.510.285	4,6%	200.952	0,3%
Receita média por passageiro	0,71 €	0,70 €	0,70 €	0,01	0,9%	0,01	1,0%

Em comparação com o período homólogo, verifica-se um acréscimo de +3,7% nos passageiros transportados com título pago, correspondente a um aumento de cerca de 4 milhões de passageiros no período em análise.

Apesar do n.º de passageiros com título pago ser um pouco inferior ao estimado no PAO, a receita média por passageiro regista um ligeiro incremento, fruto do acréscimo de cerca de 2,2 M€ de receitas de passes (incluindo participações).

2.2. Oferta

Quadro 3 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	19 666 118	18 625 235	20 056 085	1 040 883	5,6%	-389 967	-1,9%
Lugares x km	2 517 263 152	2 384 030 120	2 567 178 880	133 233 032	5,6%	-49 915 728	-1,9%
Comboios x km	3 772 575	3 660 937	3 746 779	111 638	3,0%	25 796	0,7%

Face ao período homólogo, é importante assinalar a recuperação de todos os indicadores que avaliam a oferta. Esta evolução positiva resulta do esforço da empresa em recuperar a frota de material circulante que se encontrava imobilizada, com o reforço da sua equipa de manutenção a partir do 1.º trimestre, e com a garantia da existência, em armazém, de um *stock* de peças que permita fazer face às necessidades. Apesar de ainda não terem sido atingidos os valores previstos no Plano de Atividades, estima-se que se consiga cumprir o plano de oferta no último trimestre de 2018.

2.3. Receitas

Quadro 4 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Receitas de títulos de transporte*	76.996.244 €	74.164.182 €	77.524.244 €	2.832.062 €	3,8%	-528.000 €	-0,7%
Participações dos passes	2.216.674 €	1.538.452 €	1.487.723 €	678.223 €	44,1%	728.952 €	49,0%
Receitas totais (inclui as participações)	79.212.919 €	75.702.634 €	79.011.967 €	3.510.285 €	4,6%	200.952 €	0,3%

*Bilhetes e Passes

Face ao período homólogo, o valor da receita de bilhetes e passes registou um acréscimo de +3,8%, correspondente a +2,9 M€, estimando-se que em termos percentuais, o aumento das participações dos passes sejam bem superior em sequência do alargamento das participações dos sub-23, aplicado no presente exercício.

Comparativamente ao previsto no PAO 2018, as receitas totais, incluindo as participações de passes (valor estimado), registam um ligeiro desvio positivo de 0,3%, dado a quebra de receita com os títulos ocasionais (-2 M€) ser compensada quer pela variação positiva da receita com passes (+1,5 M€), quer pelo aumento das participações dos mesmos (+0,7 M€).

3. Gestão Económica e Financeira

3.1. Análise de Balanço

Quadro 5 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	SETEMBRO 2018	31.DEZ 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 276 727 680 €	5 235 533 158 €	5 329 947 657 €	41 194 521 €	0,8%	-53 219 978 €	-1,0%
Ativo Corrente	73 149 335 €	77 248 306 €	67 291 369 €	-4 098 971 €	-5,3%	5 857 966 €	8,7%
Total do Ativo	5 349 877 015 €	5 312 781 465 €	5 397 239 027 €	37 095 550 €	0,7%	-47 362 012 €	-0,9%
Capital Próprio	678 085 340 €	603 302 111 €	707 837 366 €	74 783 230 €	12,4%	-29 752 025 €	-4,2%
Passivo não Corrente	3 438 879 918 €	3 188 700 902 €	3 544 869 952 €	250 179 016 €	7,8%	-105 990 034 €	-3,0%
Passivo Corrente	1 232 911 756 €	1 520 778 452 €	1 144 531 709 €	-287 866 696 €	-18,9%	88 380 047 €	7,7%
Capital Próprio e Passivo	5 349 877 015 €	5 312 781 465 €	5 397 239 027 €	37 095 550 €	0,7%	-47 362 012 €	-0,9%

Principais variações no Balanço, após encerramento das contas a 31 de Dezembro de 2017:

Ativo não Corrente

- O acréscimo verificado justifica-se, em grande parte, pela imputação dos encargos financeiros relativos a ILD na rubrica “Estado – Conta a Receber” (+56 M€);
- Investimento em ILD (+4,2 M€);
- Redução do justo valor dos instrumentos financeiros derivados potencialmente favoráveis (-3,4 M€);
- Redução dos ativos fixos tangíveis (-16 M€), decorrente das amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Aumento de 1,3 M€ de *stock* em armazém;
- Decréscimo de 3,5 M€ em Clientes, justificado essencialmente pela regularização contabilística decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017, de 12 de setembro (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Valores a regularizar de compensações de passes + 2,3 M€;
- Redução de aproximadamente 2,2 M€ em diferimentos, pela regularização das contas de gastos a reconhecer.
- Diminuição de saldo de Caixa e Depósitos Bancários em 2,4 M€, decorrente da gestão das necessidades de financiamento entre o ML e o acionista.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: 23,8M€ (fevereiro), 18 M€ (março), 22 M€ (junho) e 30,7M€ (setembro);
- Integração dos Resultados transitados (-24,5 M€);
- Variação no Resultado Líquido de +6,5 M€.

Passivo não Corrente

- Aumento de 361,3 M€ em financiamentos obtidos para fazer face a encargos financeiros, sendo +222,8 M€ relativos a financiamentos ILD e +138,5 M€ relativos a financiamentos ML;
- Anulação de provisões no valor de -2,3 M€, respeitante à regularização de impostos junto da Autoridade Tributária;
- Redução de 102 M€ decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ML;
- Redução de 3,8 M€ de *c/c* de fornecedores de *leasing*;
- Redução de 3 M€ em Encargos com Pensões, decorrente do Estudo Atuarial.

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD (-169,8 M€), pela amortização de financiamentos concedidos pelo BEI (-49,8 M€), pagamento dos cupões vencidos devidos ao Santander (-150 M€) na sequência do acordo estabelecido entre a República de Portugal e Banco, relativamente ao processo judicial em curso (parte ILD) e pelo acréscimo de juros a liquidar no valor de cerca de 30 M€;
- Aumento do valor de Estado e Outros entes Públicos em 1,2 M€, justificado essencialmente pelo aumento da TSU;
- Decréscimo de 119,3 M€ em Outras Contas a Pagar, essencialmente devido ao pagamento dos cupões restantes do Santander (parte ML).

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 2018:

Ativo não Corrente

- Execução de investimento inferior ao previsto: ILD -14,4 M€, ML -17,2M€;
- Excesso de estimativa de conversão de dívida DGTF em ativo ILD (25,9 M€);
- Valor de instrumentos financeiros potencialmente favoráveis não estimado (-3,4 M€);
- Propriedades de Investimento +7,7 M€ acima do previsto, pela reclassificação do edifício da Av. Barbosa du Bocage, de Ativo Fixo Tangível para Propriedade de Investimento;

Ativo Corrente

- Desvio negativo de 1,9M€ em inventários, devido a aquisições inferiores ao planeado.
- Decréscimo de cerca de 3 M€ em Clientes, justificado essencialmente pela regularização contabilística decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017, de 12 de setembro (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Acréscimo em Outras Contas a Receber por registo contabilístico de Compensação financeira de passes (+2,3 M€) e Valores a regularizar – Receitas de Tráfego (+2,0M€);
- Estado e Outros Entes Públicos, com os desvios mais expressivos em IRC-Imposto a recuperar (+1,4 M€);
- Redução de aproximadamente 2,3 M€ em diferimentos, não estimados no PAO, pela regularização das contas de gastos a reconhecer.
- Desvio positivo em Caixa e Depósitos Bancários em +7,4 M€, decorrente da gestão das necessidades de financiamento entre o ML e o acionista.

Capital próprio

- Desvio negativo de -57,2 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto;
- Estimativa acima do valor reconhecido para Subsídios ao Investimento, em outras variações no capital próprio (-1,8 M€);
- Desvio de +7,2 M€ de resultados transitados;
- Desvio de +22,1 M€ de resultado líquido do exercício.

Passivo não Corrente

- O desvio negativo de -106 M€ é justificado pelas seguintes situações:
 - Nas necessidades de financiamento seguiu-se o pressuposto de que os empréstimos da DGTF cobririam investimento ILD e serviço da dívida ILD, sendo as necessidades de financiamento, associadas ao ML, cobertas por dotações de capital, não se tendo verificado este pressuposto na íntegra;
 - Os empréstimos obtidos serviram para cobrir necessidades de financiamento, não só ILD, mas também ML;
 - Desvio negativo no valor de -79,4 M€ na rubrica Derivados ILD e -22,6 M€ em Derivados ML.

Passivo Corrente

- Desvio positivo de 90 M€ em ILD relativamente ao PAO, por falta de estimativa de conversão de dívida não corrente em corrente;
- Desvio negativo de 2,4 M€ por decréscimo do valor de dívidas a fornecedores;
- Desvio positivo de 1,1 M€ em Adiantamento de Clientes;
- Desvio positivo de 2,5 M€ do valor a pagar a Estado e Outros entes Públicos, nomeadamente contribuições para a Seg. Social e Retenção de Impostos;
- Desvio positivo de 25,4 M€, nos financiamentos obtidos, pelo efeito da utilização do saldo transitado;
- Decréscimo de 27,5 M€ em Outras Contas a Pagar.

3.2. Síntese de Resultados

Quadro 6 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais *	85 676 860 €	83 614 233 €	85 230 485 €	2 062 627 €	2,5%	446 375 €	0,5%
Gastos Operacionais **	86 924 816 €	79 231 942 €	83 277 189 €	7 692 874 €	9,7%	3 647 627 €	4,4%
EBITDA (corrigido)	-1 247 956 €	4 382 291 €	1 953 296 €	-5 630 247 €	-128,5%	-3 201 252 €	-163,9%

* Excluindo rubricas não CASH (Ganhos de Justo Valor / Reversões / Subsídios ao Investimento)

** Excluindo rubricas não CASH (Amortizações / Ajustamentos / Provisões/ Perdas por Redução de Justo Valor / Perdas em Participadas)

3.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 7 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	23 107 168 €	35 499 839 €	-1 028 320 €	-12 392 670 €	-34,9%	24 135 488 €	2347,1%
Ajustamentos	24 355 124 €	31 117 548 €	-481 616 €	-6 762 424 €	-21,7%	24 836 740 €	5157,0%
Reforço de provisões	0 €	0 €	-2 500 000 €	0 €	-	2 500 000 €	100,0%
Ajustamentos e imparidades	36 415 €	0 €	0 €	36 415 €	-	36 415 €	-
Aumentos / reduções de justo valor	22 341 770 €	29 099 164 €	0 €	-6 757 394 €	-23,2%	22 341 770 €	-
Subsídios ao investimento	1 906 618 €	2 018 384 €	2 018 384 €	-111 766 €	-5,5%	-111 766 €	5,5%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	70 321 €	0 €	0 €	70 321 €	-	70 321 €	-
EBITDA (corrigido)	-1 247 956 €	4 382 291 €	-546 704 €	-5 630 247 €	-128,5%	-701 252 €	-128,3%

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados na série histórica efeitos de natureza não *cash*, que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (Subsídios ao Investimento e Provisões). Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico (Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor).

Face ao período homólogo, verifica-se um decréscimo do EBITDA corrigido, devido ao aumento dos gastos com pessoal decorrente da reposição das progressões na carreira, prémios de desempenho e anuidades, cuja aplicação decorreu no início do 2.º semestre de 2017 (50%) e no início de 2018 (50%). Verifica-se igualmente um aumento dos gastos com consumos de materiais (+2 M€), fator demonstrativo do esforço da empresa na manutenção do material circulante. Contribui, também, para o decréscimo do EBITDA, a diminuição de Outros Rendimentos e Ganhos em -1,3M€.

3.2.2. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais corrigidos registaram uma variação positiva de +2,5% face ao período homólogo (+2 M€), justificada essencialmente pelo crescimento da receita tarifária (+3,5 M€), incluindo o valor da comparticipação tarifária estimada.

3.2.3. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais corrigidos apresentam uma variação de +7,7 M€ (+9,7%) face ao período homólogo e um desvio de +3,6 M€ (+4,4%) face ao previsto no PAO.

Quando comparado com o período homólogo, o aumento dos gastos operacionais é essencialmente explicado pelo incremento de +6,4 M€ (+12,3%) em gastos com pessoal, em sequência do aumento das remunerações por via das progressões de carreira (decorrente das avaliações), cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017.

A variação de +65,1% (+2 M€) dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete o esforço do ML na recuperação do material circulante que se encontra imobilizado.

Na comparação com os valores previstos no PAO, e ainda que a variação global dos gastos operacionais corrigidos seja pouco expressiva, é de destacar o desvio de -7 M€ (-23,7%) nos fornecimentos e serviços externos, explicado em parte por alguns constrangimentos processuais na contratação e o desvio de +8,5 M€ (+17%) de gastos com pessoal. O desvio nos gastos com pessoal reflete, também, a redução de -6,5 M€ na dotação orçamental na rubrica de pessoal para 2018, face ao montante inicialmente proposto pelo ML.

3.3. Modelo de Financiamento

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	94 662 200 €	73 521 257 €	151 881 702 €	21 140 943 €	28,8%	-57 219 502 €	-37,7%
Numerário	94 662 200 €	73 521 257 €	151 881 702 €	21 140 943 €	28,8%	-57 219 502 €	-37,7%
Compensações Financeiras / Min. Amb.*	2 216 674 €	1 538 452 €	0 €	678 223 €	44,1%	2 216 674 €	-
TOTAL	96 878 874 €	75 059 709 €	151 881 702 €	21 819 165 €	29,1%	-55 002 828 €	-36,2%

* Valor estimado em 2018

Até setembro deste ano, foram realizadas quatro dotações de capital nos valores de 23,8 M€, 18 M€, 22 M€ e 30,7 M€, em numerário, que ocorreram em fevereiro, março, junho e setembro, respetivamente.

No âmbito do modelo de financiamento em vigor, este montante foi recebido para fazer face ao pagamento do serviço da dívida contratada (juros e reembolsos).

O desvio, face ao PAO, em aproximadamente -55 M€, é explicado pelo tipo de financiamento utilizado para pagamento de parte dos cupões dos contratos *swap* Santander, anteriormente em contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, sido opção da Tutela que o ML recorresse a novos empréstimos DGTF.

3.4. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	31 DEZ 2017	SETEMBRO 2018	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	1 310 000 000 €	1 310 000 000 €	1 310 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
BEI	530 543 408 €	580 346 223 €	530 543 408 €	-49 802 815 €	-8,6%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	1 600 155 872 €	1 238 846 655 €	1 534 504 811 €	361 309 217 €	29,2%	65 651 061 €	4,3%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Leasing	7 630 670 €	11 469 683 €	3 841 672 €	-3 839 013 €	-33,5%	3 788 999 €	98,6%
Total	3 748 329 950 €	3 440 662 560 €	3 678 889 891 €	307 667 389 €	8,9%	69 440 059 €	1,9%

Até setembro de 2018, o ML amortizou dívida no valor de 49,8 M€, referente a empréstimos do Banco Europeu de Investimento destinados ao financiamento de ILD e ao contrato de *Leasing* Financeiro do Material Circulante.

Face ao previsto no PAO, o desvio de +69,4 M€ é explicado pela alteração do tipo de financiamento utilizado para pagamento de parte dos cupões dos *swaps* Santander anteriormente em contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, a Tutela optado que o ML recorresse a novos financiamentos DGTF.

4. Cumprimento das Orientações Legais

4.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ 2018/2017		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
CMVMC	5.023.434 €	3.043.172 €	5.723.426 €	1.980.262 €	65,1%	-699.992 €	-12,2%
FSE	22.480.331 €	22.473.481 €	29.465.814 €	6.850 €	0,0%	-6.985.483 €	-23,7%
Deslocações e estadas	68.942 €	27.237 €	31.903 €	41.705 €	153,1%	37.039 €	116,1%
Deslocações (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estada (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estudos, pareceres e proj. consultoria	780.644 €	533.154 €	1.717.775 €	247.490 €	46,4%	-937.132 €	-54,6%
Gastos com pessoal corrigidos*	54.192.826 €	51.603.318 €	50.155.295 €	2.589.508 €	5,0%	4.037.532 €	8,1%
Valorizações remuneratórias decorrentes do art.º 21.º - Lei n.º 42/2016	3.760.319 €	609.330 €	-	-	517,1%	-	-
Valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018	568.547 €	n.a.	-	-	-	-	-
Indemnizações por rescisão	179.830 €	62.244 €	0 €	117.586 €	188,9%	179.830 €	-
Ajudas de custo	10.772 €	1.269 €	0 €	9.503 €	749,0%	10.772 €	-
Total (1)	81.696.591 €	77.119.971 €	85.344.534 €	4.576.621 €	5,9%	-3.647.943 €	-4,3%
Volume de negócios (VN) (2)	82.457.418 €	79.904.481 €	83.111.506 €	2.552.937 €	3,2%	-654.088 €	-0,8%
Subsídio e Ind. Compensatória (IC) (3)	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Peso dos Gastos / VN (1)/(2)	99,1%	96,5%	102,7%	2,6 pp	--	-3,6 pp	--

*Exclui:

(i) valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

(ii) valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018

(iii) Indemnizações por rescisão

Considerando o disposto no Artigo 145.º do DLEO 2018, verifica-se que:

- No final de setembro, o valor de Deslocações e Estadas é superior em +41,7 m€ face ao período homólogo. O aumento verificado decorre das necessidades subjacentes aos projetos de expansão Rato/Cais do Sodré e de Modernização, cujos contactos com outros metropolitano com Material Circulante e Sistemas de Sinalização mais atualizados, são essenciais às decisões futuras sobre a melhor opção de investimento para o ML. Face ao estimado, verifica-se igualmente um desvio considerável, pela razão atrás mencionada, e pelas alterações estratégicas ocorridas durante 2018 sobre os novos projetos de investimento para a melhoria e segurança do transporte público, cujo impacto neste tipo de custo, não foi inicialmente previsto.
- O valor registado em Estudos, Pareceres e Proj. Consultoria é superior ao mesmo período de 2017 (+247,5 m€), encontrando-se, ainda assim, bastante abaixo do que tinha sido projetado no PAO 2018 (-54,6%).
- A setembro, o aumento do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (+2,6 p.p.), quando comparado com o período homólogo, deve-se os seguintes efeitos:
 - ✓ Forte aumento dos gastos com consumo de materiais em cerca de 65%, conforme detalhado no ponto 3.2.3, na página 7;
 - ✓ Aumentos dos Gastos com Pessoal em 5%, que reflete o impacto das contratações (30 Agentes de Tráfego que foram contratados no decorrer do exercício de 2017 e 12 Oficiais de Manutenção que entraram no início de 2018);
 - ✓ Por outro lado, o aumento do Volume de Negócios em 3,2 % (+2,5 M€) não foi suficiente para colmatar o aumento dos gastos operacionais supra descritos.
- Face ao previsto no PAO para o período em análise, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é melhor em 3,6 p.p. Apesar da obtenção de um volume de negócios inferior ao esperado (-0,8%), a redução do total de gastos operacionais foi superior (-4,3%), permitindo assim uma melhoria deste rácio.

4.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	42	47	42	-5	-10,6%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	28 663	32 262	29 127	-3 599	-11,2%	-464	-1,6%
Conservação e Reparação	38 275	16 974	8 323	21 301	125,5%	29 951	359,8%
Rendas	115 106	54 789	144 065	60 317	110,1%	-28 959	-20,1%
Seguros	23 804	10 482	4 523	13 322	127,1%	19 281	426,2%
Impostos	1 992	1 724	1 800	267	15,5%	192	10,6%
Outros	12 179	9 045	9 981	3 134	34,6%	2 198	22,0%
Total	220 019	125 276	197 820	94 742	75,6%	22 199	11,2%

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se uma variação de +94,7 m€ face ao período homólogo, por via do aumento do valor da rubrica de Rendas, decorrente do processo de renovação da frota por viaturas em *Leasing* Operacional e pelo aumento da rubrica Conservação e Reparação (+21 m€), parte integrante do contrato de leasing. No que respeita aos seguros, em 2018 optou-se pela especialização contabilística deste custo, o que não aconteceu em 2017. O efeito da especialização durante o mesmo período daquele ano teria sido de 11.886€. Por outro lado, a redução dos gastos com combustíveis (-11,2%), reflete a poupança com as viaturas elétricas ao serviço da frota de apoio operacional.

Face ao PAO, os gastos com viaturas são superiores em aproximadamente 22 m€ (+11,2%), com maior impacto no valor de Conservação e Reparação (+30 m€). Esta rubrica inclui gastos extraordinários, não previstos, respeitantes a caracterização de viaturas e acondicionamento e inspeção de viaturas entregues no final do contrato de *leasing*, e por outro lado, no estimado, não foi especializado o valor de contrato de leasing correspondente a este custo, tendo sido o mesmo, considerado em rendas, o que justifica parcialmente o desvio de -20,1% nesta rubrica. O desvio em seguros, também é essencialmente justificado, pela não especialização deste gasto em relação a viaturas de aluguer operacional no estimado, tendo essa componente sido considerada na sua totalidade em rendas.

4.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	13	26	35	-13	-50,0%	-22	-62,9%

O ML mantém a tendência de um prazo médio de pagamento baixo, apresentando uma redução face ao estimado (-22 dias), essencialmente por não se terem iniciado a maioria das grandes empreitadas previstas no período em análise. Por norma, os prazos médios de pagamentos das empreitadas não são inferiores a 60 dias, o que associado ao seu volume nos pagamentos globais a fornecedores acabaria por ter uma forte influência neste indicador.

4.4. Evolução do Efetivo

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL			PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	31 DEZ 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitan de Lisboa	1 415	1 407	1 408	1 509	7	0,5%	-94	-6,2%

*Não se considera os Órgãos Sociais

A variação positiva do número de colaboradores face 31 de dezembro de 2017 é consequência de:

- Admissão de 12 colaboradores para a área de manutenção, de acordo com autorização concedida no final de 2017 para a contratação de colaboradores para esta área;
- Saída de 4 colaboradores por reforma.

Relativamente ao PAO, a variação justifica-se pelo facto de a empresa aguardar autorização para a admissão dos 30 Agentes de Tráfego, 27 Oficiais de manutenção e 9 Técnicos, previstos no Plano para 2018, tendo o primeiro pedido sido submetido à Tutela em 23 de maio e reenviado no início de setembro.

4.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Financiamento remunerado e Aumentos de Capital (detalhe)

PASSIVO REMUNERADO	SETEMBRO 2018	31 Dez 2017	Variação 2018/2017	
			Abs	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3 748 329 950 €	3 440 662 560 €	307 667 389 €	8,9%
dos quais concedidos pela DGTF	1 600 155 872 €	1 238 846 655 €	361 309 217 €	29,2%
Aumentos de Capital	94 662 200 €	192 050 802 €	-97 388 602 €	-50,7%
Endividamento ajustado	3 842 992 150 €	3 632 713 363 €	210 278 787 €	5,8%

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	SETEMBRO 2018	31 Dez 2017
Financiamento Remunerado	3 748 329 950 €	3 440 662 560 €
Capital Social	2 463 257 526 €	2 368 595 326 €
Variação do endividamento		6,93%

A variação de +6,93% do endividamento está, essencialmente, relacionada com o facto de o acionista ter optado por financiar a regularização do pagamento dos contratos de *swap* (resultante do acordo estabelecido em 2017 entre o Estado português, as operadoras de transporte e o Banco Santander) com recurso do ML a endividamento, em alternativa à operação de aumento de capital prevista no orçamento.

Se retirado o efeito do endividamento resultante desta operação, o ML cumpre os limites fixados pela Lei do Orçamento de Estado 2018 de agravamento máximo de 2%.

4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 - Disponibilidades

UTE	SETEMBRO 2018
Disponibilidades em 30-09-2018	19 626 921 €
Depositadas no IGCP	16 431 509 €
Outras	3 195 412 €
Disponibilidades no IGCP [%]	83,7%

No final do setembro de 2018, o ML mantinha 83,7% dos depósitos bancários (16,4 M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, em 20/02/2018, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), o qual teve despacho a 4 de setembro, ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, considerando que o ML, para

os anos 2018 e 2019, está excepcionado no que diz respeito aos valores de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.

5. Plano de Investimento

Rubrica (FCBF)	REAL		PAO		Δ PH		Δ PAO		Grau de Realização (%)	Saldo
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	31 DEZ 2018	Abs	%	Abs	%		
INVESTIMENTOS (capitalizações)	6 044 615 €	1 033 015 €	19 817 697 €	26 775 835 €	5 011 600 €	485%	-13 773 082 €	-69%	22,6%	20 731 220 €
Investimento ML	709 562 €	458 983 €	4 733 516 €	6 441 258 €	250 579 €	55%	-4 023 953 €	-85%	11,0%	5 731 696 €
Edifícios e outras Construções	303 219 €	55 032 €	1 138 345 €	1 777 011 €	248 187 €	451%	-835 126 €	-73%	17,1%	1 473 792 €
Equipamento Básico	307 710 €	311 806 €	2 337 469 €	3 116 625 €	-4 096 €	-1%	-2 029 759 €	-87%	9,9%	2 808 915 €
CITV	0 €	0 €	729 675 €	950 000 €	0 €	-	-729 675 €	-100%	0,0%	950 000 €
Portas ML 90-95-97-99	0 €	0 €	1 035 103 €	1 552 654 €	0 €	-	-1 035 103 €	-100%	0,0%	1 552 654 €
Ferramentas e Utensílios	60 253 €	36 229 €	78 205 €	78 917 €	24 023 €	66%	-17 952 €	-23%	76,3%	18 664 €
Equipamento Administrativo	38 381 €	55 915 €	1 179 497 €	1 468 705 €	-17 535 €	-31%	-1 141 117 €	-97%	2,6%	1 430 324 €
Investimento ILD	5 328 923 €	556 803 €	15 016 224 €	20 264 198 €	4 772 120 €	857%	-9 687 300 €	-65%	26,3%	18 392 110 €
Estação Baixa-Chiado	0 €	0 €	357 761 €	0 €	0 €	-	-357 761 €	-100%	-	0 €
Prolongamento Alameda/S. Sebastião	0 €	-5 953 €	953 655 €	953 655 €	5 953 €	-100%	-953 655 €	-100%	0,0%	953 655 €
Plano Nacional para as Acessibilidades	13 612 €	22 691 €	986 990 €	1 483 512 €	-9 079 €	-40%	-973 378 €	-99%	0,9%	1 469 900 €
Prolongamento Amadora/Reboleira	54 746 €	100 378 €	720 774 €	1 076 897 €	-45 632 €	-45%	-666 028 €	-92%	5,1%	1 022 151 €
Prolongamento Rato/Cais do Sodré	1 529 759 €	734 €	3 539 250 €	4 719 000 €	1 529 025 €	208450%	-2 009 492 €	-57%	32,4%	3 189 242 €
Remodelação da Linha A (Azul)	182 949 €	1 162 €	1 587 690 €	2 363 152 €	181 787 €	15644%	-1 404 741 €	-88%	7,7%	2 180 203 €
Remodelação da Linha B (Amarela)	1 486 704 €	0 €	1 111 989 €	2 116 950 €	1 486 704 €	-	374 715 €	34%	70,2%	630 246 €
Remodelação da Linha C (Verde)	1 181 276 €	249 763 €	2 479 834 €	3 314 576 €	931 513 €	373%	-1 298 558 €	-52%	35,6%	2 133 299 €
Remodelação da Linha D (Vermelha)	1 109 683 €	188 028 €	2 165 686 €	2 821 286 €	921 655 €	490%	-1 056 003 €	-49%	39,3%	1 711 603 €
Remodelação da Rede Global	-229 806 €	0 €	1 112 595 €	1 415 169 €	-229 806 €	-	-1 342 401 €	-121%	-16,2%	1 644 976 €
Renovação de sistema SCADA	0 €	0 €	200 000 €	300 000 €	0 €	-	-200 000 €	-100%	0,0%	300 000 €
Investimento ILD - Imobilizações incorpóreas	6 130 €	17 229 €	67 958 €	70 380 €	-11 099 €	-64%	-61 828 €	-91%	8,7%	67 847 €
Investimento por conta de terceiros	6 130 €	17 229 €	67 958 €	70 380 €	-11 099 €	-64%	-61 828 €	-91%	8,7%	64 250 €

O Despacho n.º 529/SEO/2018 autorizou o reforço do orçamento de aquisição de bens e serviços no montante de 12 Milhões de euros, 4 Milhões via descativo e 8 Milhões por contrapartida da dotação de investimento.

Na sequência desta autorização, o ML decidiu efetuar ajustamentos no seu orçamento à medida das suas necessidades. Neste âmbito, até ao momento, foi necessário ajustar o Plano de Investimento em - 6,5 Milhões de euros (valor sem IVA).

Não carecendo de autorização de transferência da dotação de Investimento para a dotação da rubrica Impostos e Taxas, o ML efetuou ainda ajuste no Plano de Investimentos, no valor de -3,3 M€, para gerar disponibilidade orçamental para o pagamento de impostos.

O valor total de investimento aprovado foi de 36,6 Milhões de euros, considerando os referidos ajustamentos, o montante de investimento ascende a 26,8 Milhões de euros (valor sem IVA).

O investimento apresenta um grau de realização de 22,6%, correspondente a 6 M€, substancialmente superior à do período homólogo (+ 5M€; +485%).

Face à complexidade e morosidade dos processos relativos a empreitadas é normal que a utilização dos saldos venha a apresentar uma maior realização nos últimos meses do ano.

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	SETEMBRO 2018	31.DEZ 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 077 795 705 €	5 020 086 976 €	5 121 343 246 €	57 708 730 €	1,1%	-43 547 541 €	-0,9%
Ativos fixos tangíveis	135 305 183 €	151 269 820 €	152 481 547 €	-15 964 637 €	-10,6%	-17 176 364 €	-11,3%
Propriedades de investimento	8 203 638 €	8 534 641 €	646 845 €	-331 003 €	-3,9%	7 556 793 €	1168,3%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	3 158 063 €	3 123 132 €	2 857 430 €	34 931 €	1,1%	300 633 €	10,5%
Derivados	76 000 €	330 000 €	330 000 €	-254 000 €	-77,0%	-254 000 €	-77,0%
Outros ativos financeiros	52 189 091 €	52 188 590 €	52 288 590 €	501 €	0,0%	-99 499 €	-0,2%
Total do ativo não corrente	5 276 727 680 €	5 235 533 158 €	5 329 947 657 €	41 194 521 €	0,8%	-53 219 978 €	-1,0%
Ativo corrente							
Inventários	5 425 464 €	4 076 539 €	7 284 554 €	1 348 925 €	33,1%	-1 859 089 €	-25,5%
Clientes	1 492 269 €	4 999 392 €	4 486 605 €	-3 507 123 €	-70,2%	-2 994 336 €	-66,7%
Estado e outros entes públicos	3 286 360 €	3 053 159 €	1 712 931 €	233 201 €	7,6%	1 573 429 €	91,9%
Outras contas a receber	13 659 826 €	11 213 598 €	9 602 223 €	2 446 228 €	21,8%	4 057 603 €	42,3%
Diferimentos	29 656 424 €	31 881 775 €	31 977 100 €	-2 225 351 €	-7,0%	-2 320 675 €	-7,3%
Caixa e depósitos bancários	19 628 992 €	22 023 844 €	12 227 957 €	-2 394 853 €	-10,9%	7 401 035 €	60,5%
Total do ativo corrente	73 149 335 €	77 248 306 €	67 291 369 €	-4 098 971 €	-5,3%	5 857 966 €	8,7%
Total do ativo em investimentos de ILD	5 077 795 705 €	5 020 086 976 €	5 121 343 246 €	57 708 730 €	1,1%	-43 547 541 €	-0,9%
Total do ativo afetado à operação (ML)	272 081 310 €	292 694 489 €	275 895 780 €	-20 613 180 €	-7,0%	-3 814 471 €	-1,4%
TOTAL DO ATIVO	5 349 877 015 €	5 312 781 465 €	5 397 239 027 €	37 095 550 €	0,7%	-47 362 012 €	-0,9%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	2 463 257 526 €	2 368 595 326 €	2 520 477 028 €	94 662 200 €	4,0%	-57 219 502 €	-2,3%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1 768 793 599 €	-1 744 292 684 €	-1 776 020 915 €	-24 500 916 €	1,4%	7 227 315 €	-0,4%
Outras variações no capital próprio	70 290 €	1 976 909 €	1 896 782 €	-1 906 618 €	-96,4%	-1 826 491 €	-96,3%
Resultado líquido do exercício	-17 972 352 €	-24 500 916 €	-40 039 005 €	6 528 564 €	-26,6%	22 066 653 €	-55,1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	678 085 340 €	603 302 111 €	707 837 366 €	74 783 230 €	12,4%	-29 752 025 €	-4,2%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2 849 980 616 €	2 706 575 594 €	3 052 370 676 €	143 405 022 €	5,3%	-202 390 060 €	-6,6%
Provisões	51 945 517 €	54 251 294 €	52 429 442 €	-2 305 777 €	-4,3%	-483 925 €	-0,9%
Financiamentos obtidos	201 096 487 €	66 402 003 €	84 547 575 €	134 694 485 €	202,8%	116 548 913 €	137,9%
Derivados	86 248 377 €	108 844 147 €	108 844 147 €	-22 595 770 €	-20,8%	-22 595 770 €	-20,8%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	249 608 921 €	252 627 865 €	246 678 113 €	-3 018 944 €	-1,2%	2 930 808 €	1,2%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	2 849 980 616 €	2 706 575 594 €	3 052 370 676 €	143 405 022 €	5,3%	-202 390 060 €	-6,6%
Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)	588 899 303 €	482 125 309 €	492 499 276 €	106 773 994 €	22,1%	96 400 027 €	19,6%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	3 438 879 918 €	3 188 700 902 €	3 544 869 952 €	250 179 016 €	7,8%	-105 990 034 €	-3,0%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	730 181 760 €	900 000 200 €	639 847 675 €	-169 818 440 €	-18,9%	90 334 086 €	14,1%
Fornecedores	4 830 601 €	4 631 433 €	7 253 030 €	199 168 €	4,3%	-2 422 430 €	-33,4%
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	2 886 657 €	1 637 406 €	1 637 406 €	1 249 251 €	76,3%	1 249 251 €	76,3%
Financiamentos obtidos	451 492 197 €	451 492 197 €	426 055 572 €	-	0,0%	25 436 625 €	6,0%
Outras contas a pagar	43 268 625 €	162 604 700 €	69 561 542 €	-119 336 075 €	-73,4%	-26 292 917 €	-37,8%
Diferimentos	251 916 €	412 516 €	176 484 €	-160 600 €	-38,9%	75 432 €	42,7%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	730 181 760 €	900 000 200 €	639 847 675 €	-169 818 440 €	-18,9%	90 334 086 €	14,1%
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)	502 729 996 €	620 778 252 €	504 684 034 €	-118 048 256 €	-19,0%	-1 954 039 €	-0,4%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1 232 911 756 €	1 520 778 452 €	1 144 531 709 €	-287 866 696 €	-18,9%	88 380 047 €	7,7%
Total do passivo em investimentos de ILD	3 580 162 376 €	3 606 575 794 €	3 692 218 351 €	-26 413 418 €	-0,7%	-112 055 975 €	-3,0%
Total do passivo afetado à operação (ML)	1 091 629 298 €	1 102 903 561 €	997 183 311 €	-11 274 262 €	-1,0%	94 445 988 €	9,5%
TOTAL DO PASSIVO	4 671 791 674 €	4 709 479 354 €	4 689 401 661 €	-37 687 680 €	-0,8%	-17 609 987 €	-0,4%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5 349 877 015 €	5 312 781 465 €	5 397 239 027 €	37 095 550 €	0,7%	-47 362 012 €	-0,9%

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	SETEMBRO 2018	SETEMBRO 2017	SETEMBRO 2018	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	84 675 511 €	81 442 932 €	84 696 440 €	3 232 579 €	4,0%	-20 929 €	0,0%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	70 321 €	-	-	70 321 €	-	70 321 €	-
Trabalhos para a própria entidade	69 492 €	89 295 €	-	-19 804 €	-22,2%	69 492 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 023 434 €	-3 043 172 €	-5 723 426 €	1 980 262 €	65,1%	-699 992 €	-12,2%
Fornecimentos e serviços externos	-22 480 331 €	-22 473 481 €	-29 465 814 €	-6 850 €	0,0%	6 985 483 €	-23,7%
Gastos com o pessoal	-58 701 522 €	-52 274 892 €	-50 155 295 €	6 426 629 €	12,3%	8 546 227 €	17,0%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	36 415 €	-	-	36 415 €	-	36 415 €	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-2 500 000 €	-	-	2 500 000 €	-100,0%
Aumentos / reduções de justo valor	22 341 770 €	29 099 164 €	-	-6 757 394 €	-23,2%	22 341 770 €	-
Outros rendimentos e ganhos	2 838 475 €	4 100 389 €	2 552 429 €	-1 261 914 €	-30,8%	286 046 €	11,2%
Outros gastos e perdas	-719 529 €	-1 440 397 €	-432 655 €	-720 868 €	-50,0%	286 875 €	66,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	23 107 168 €	35 499 839 €	-1 028 320 €	-12 392 670 €	-34,9%	24 135 488 €	-2347,1%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-17 019 536 €	-16 985 098 €	-16 313 543 €	34 438 €	0,2%	705 993 €	4,3%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6 087 632 €	18 514 741 €	-17 341 863 €	-12 427 109 €	-67,1%	23 429 495 €	-135,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-24 059 984 €	-34 953 025 €	-22 697 142 €	-10 893 041 €	-31,2%	1 362 842 €	6,0%
Resultado antes de impostos	-17 972 352 €	-16 438 285 €	-40 039 005 €	-1 534 067 €	9,3%	22 066 653 €	-55,1%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-17 972 352 €	-16 438 285 €	-40 039 005 €	-1 534 067 €	9,3%	22 066 653 €	-55,1%



**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
3º TRIMESTRE DE 2018**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do terceiro trimestre de 2018 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório tendo por base o relatório de execução do PAO – 3º Trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML a este órgão de fiscalização em 26 de novembro de 2018, as atas do CA, o respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), de 14 de dezembro de 2018, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, bem como a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 (versão aprovada pelo CA através de deliberação de 23 de fevereiro de 2018).

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores de atividade, com referência a 30 de setembro de 2018, apresentam um desvio favorável de 8,4% na procura de serviço (aferido pelo indicador passageiros x km) e um desvio desfavorável de 1,9% na oferta de serviço (aferido pelo indicador lugares x km), face aos valores orçamentados para igual período.

O desvio desfavorável na oferta face ao previsto justifica-se pela indisponibilidade de material circulante, sendo de realçar, porém, a melhoria face aos trimestres anteriores (10,0% e 4,2%, respetivamente). Em comparação com o período homólogo, verifica-se uma evolução positiva: +5,6% e +3,0% nos indicadores lugares x km e comboios x km, respetivamente.

O investimento realizado até 30 de setembro de 2018 atingiu o montante global de 6.044,6 mil €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 30,5% face ao projetado para aquela data (19.817,7 mil €)². Embora se registre uma melhoria face aos anteriores trimestres (taxas de execução de 10,9% e

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

² Os investimentos mais relevantes projetados para o período em análise (de 1 janeiro a 30 setembro de 2018) correspondem ao prolongamento Rato/Cais do Sodré (3.539,3 mil € orçamentado/1.529,8 mil € executado), à remodelação da linha verde (2.479,8 mil € orçamentado/1.181,3 mil € executado) e ao equipamento básico (2.337,5 mil € orçamentado/307,7 mil € executado).

14,3%, respetivamente no final do primeiro e do segundo trimestres), a realização do investimento continua reduzida, situação decorrente essencialmente pela demora no lançamento dos procedimentos pré-contratuais de empreitadas.

2.2. Desempenho económico e financeiro

O CF analisou o relatório trimestral do ROC às contas da ML no final do terceiro trimestre de 2018, que se considera aqui como reproduzido, acompanhando e destacando a seguinte conclusão e recomendação:

- Na análise à demonstração de resultados, não são dadas justificações para os desvios verificados nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros;
- Assim, o ROC recomenda à ML que *“no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.”*

Tendo em consideração as limitações descritas nos parágrafos anteriores, a análise efetuada ao relatório trimestral da ML, reportado 30 de setembro de 2018, permite concluir o seguinte:

- O **Capital próprio** aumentou 12,4% (+74,8 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, por via de dotações de capital (+94,7 milhões €)³.

Ainda assim, verifica-se uma menor execução dos aumentos de capital (-57,2 milhões € que o previsto), o que justifica o desvio desfavorável de 4,2% do Capital próprio (-29,8 milhões €), face ao valor orçamentado;

- O **Ativo** aumentou 0,7% (+37,1 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, em resultado da conjugação do acréscimo do ativo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (+57,7 milhões de euros⁴) e à redução do ativo afeto à operação (-20,6 milhões €).

Relativamente ao orçamento verifica-se um desvio desfavorável de 0,9% (-47,4 milhões €), sobretudo relacionado com a traca execução no investimento, conforme já referido anteriormente, bem como pelo excesso de estimativa de conversão de dívida DGTF em ativo ILD;

- O **Passivo** diminuiu 0,8% (-37,7 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, sendo de realçar a redução de 102 milhões €, decorrente de ganhos de justo valor associados a instrumentos de cobertura de risco financeiro (79 milhões € relacionados com derivados ILD e 23 milhões € referentes a derivados ML).

³ Efeito atenuado pelo desvio favorável de 22,1 milhões de euros verificado no resultado líquido do período.

⁴ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (rubrica “Estado – Contas a receber”), em cerca de 56 milhões €.



Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio favorável de 0,4% (-17,6 milhões €), invertendo a situação que se verificava no final do 1º semestre de 2018, sendo de realçar que tal corresponde à conjugação do desvio favorável do passivo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (-112,1 milhões de euros) com o desvio desfavorável nos financiamentos obtidos (+141,9 milhões €)⁵;

- O **prejuízo** registado a 30 de setembro de 2018 ascendeu a 18,0 milhões €, o que representa um ligeiro agravamento face a 30 de setembro de 2017 (+9,3%), evolução que resulta essencialmente da conjugação das seguintes variações: (i) comportamento negativo registado no *market-to-market* dos instrumentos financeiros derivados (-6,8 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”); (ii) redução de encargos financeiros (-10,9 milhões € na rubrica “Juros e gastos similares suportados”); (iii) agravamento dos encargos com o pessoal, decorrente do acréscimo das remunerações por via das progressões na carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017 (+6,4 milhões € na rubrica “Gastos com o pessoal”).

Face ao valor orçamentado para o mesmo período (-40,0 milhões €), o resultado obtido, embora negativo, representa uma melhoria de 22,1 milhões € (-55,1%), evolução decorrente sobretudo da conjugação dos seguintes desvios: (i) favoráveis nos encargos com fornecimentos e serviços externos (-7,0 milhões €) e no justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+22,3 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”)⁶; (ii) desfavorável nos gastos com o pessoal (+8,5 milhões €), o qual reflete a redução no orçamento aprovado de 6,5 milhões € face à proposta inicial da ML.

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às diferentes obrigações legais⁷ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa destacar que através do Despacho n.º 343/18, de 10 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2018 e foram autorizadas exceções (i) para aumentar os gastos com estudos, pareceres e projetos (até ao limite de 2.043 mil €), (ii) para aumentar os gastos com a frota automóvel (até ao limite de 262 mil €), (iii) para o não crescimento do EBITDA, (iv) para o não crescimento do EBIT e (v) para a variação do endividamento não ficar limitada a 2%.

⁵ Sendo que, no orçamento para 2018, foi seguido o pressuposto de que o investimento e serviço da dívida ILD seria coberto por empréstimos da DGTF e que as necessidades de financiamento da ML seriam cobertas por dotações de capital, o que, na execução, não se verificou integralmente.

⁶ Sendo de realçar que estas variações positivas não foram orçamentadas.

⁷ Designadamente das normas contidas na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE 2018) e no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que estabelece as normas de execução do Orçamento para 2018 (DLEO 2018).



Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 4. do Relatório de Execução do PAO do 3º trimestre de 2018, importa salientar os seguintes aspetos⁸:

- Observa-se um agravamento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios^{9;10} (99,1%) face ao registado no período homólogo do ano anterior (96,5%) e uma melhoria do mesmo rácio de eficiência face ao orçamentado para o período (102,7%);
- No que respeita à evolução de determinadas rubricas de gastos (tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018) observa-se:
 - i) um aumento dos gastos com pessoal face ao período homólogo e face ao orçamentado para o período, mesmo expurgando os efeitos das indemnizações, dos encargos resultantes do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da LOE 2018;
 - ii) um aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo¹¹, alojamento e com a frota automóvel face ao período homólogo do ano anterior e face ao valor global orçamentado/aprovado para o período;
 - iii) um aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao período homólogo do ano anterior, ainda assim abaixo do valor orçamentado/aprovado para o período;
- Regista-se um aumento de 7 colaboradores face a 31 de dezembro de 2017, pelo que no final do terceiro trimestre de 2018 a ML detinha um efetivo de 1.415 (sem considerar os órgãos sociais);
- O endividamento apresenta um crescimento de 6,93%, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF. Sublinha-se que este aumento resulta essencialmente do empréstimo do Estado contratado pela ML para o pagamento dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos SWAP e que, conforme já acima mencionado, a ML foi excecionada, no âmbito da aprovação do PAO 2018, para o não cumprimento do limite de 2% previsto na LOE 2018¹².

⁸ Estabelece o n.º 7 do artigo 145.º do DLEO 2018 que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo decreto-Lei.

⁹ Estabelecido no n.º 1 do artigo 145.º do DLEO 2018.

¹⁰ Para efeito do cálculo do rácio de eficiência operacional, os gastos com pessoal são corrigidos dos encargos resultantes das indemnizações, do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, em resultado da aplicação do artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da LOE 2018, e o volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração.

Ressalvar, neste domínio, que o volume de negócios da ML está condicionado pela estimativa da receita de bilhetes e passes.

¹¹ Gastos não orçamentados para o 3º trimestre de 2018.

¹² Sem os efeitos do contrato *swap* a ML cumpre com o limite de 2% de variação do endividamento estabelecido na LOE 2018.



- A ML foi dispensada¹³ do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP.

4 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório trimestral, reportado a 30 de setembro de 2018, que reflete o acompanhamento à execução da ML no referido período.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo ao terceiro trimestre de 2018, na versão recebida em 26 de novembro, reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

Recomenda-se à ML que, nos próximos relatórios de execução, passe a incluir a demonstração de fluxos de caixa e os indicadores de disponibilidade de material circulante, comparando os valores executados com os orçamentados, bem como passe a apresentar as justificações de eventuais desvios nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e de gastos e rendimentos financeiros.

O relatório de execução do PAO referente ao terceiro trimestre de 2018 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e setorial, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 31 de janeiro de 2019.

O Conselho Fiscal

Presidente

(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva

(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)

¹³ Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), de 3 de setembro de 2018.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
3º TRIMESTRE 2018

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 3º trimestre de 2018 do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, tendo por base as contas reportadas ao período em causa, designadamente o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2018 e o “Relatório Trimestral” efetuado pela Entidade com referência a setembro de 2018.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete de setembro de 2018 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



AC

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório Trimestral de setembro de 2018 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço a 30 de setembro do corrente ano com os valores orçamentados até ao 3º trimestre e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do Ativo registou um desvio desfavorável de 0,9% (47,4 M€) face ao orçamentado, fundamentalmente pelo baixo grau de investimento verificado até ao final do 3º trimestre e ao excesso de estimativa de conversão de dívida DGTF em ativo ILD;
- Quanto ao Capital próprio, verificou-se um desvio desfavorável de 4,2% (29,8 M€), em grande parte justificado pelo efeito conjugado entre o desvio desfavorável de 57,2 M€ em capital subscrito, devido a dotações de capital inferiores ao previsto, e o desvio favorável de 22,1 M€ verificado no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte;
- Em relação ao Passivo, registou-se um desvio favorável de 0,4% (17,7 M€), destacando-se o desvio favorável verificado na rubrica 'Investimentos de ILD' (112,1 M€), justificado pelo baixo investimento e pela variação positiva do *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados relacionados com os financiamentos ILD; e o desvio desfavorável na rubrica 'Financiamentos obtidos' (142 M€), pela necessidade de recurso a financiamento em alternativa à operação de aumento de capital prevista até ao final do 3º trimestre.

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório Trimestral de setembro de 2018 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados no 3º trimestre com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi negativo em 18 M€, apresentando um **desvio favorável de 55,1% face ao orçamentado (22,1 M€)** e um **agravamento de 9,3% face ao período homólogo do ano anterior (1,5 M€)**.

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: **i)** desvio favorável na rubrica '*Fornecimentos e serviços externos*' (7 M€); **ii)** desvio desfavorável na rubrica '*Gastos com o pessoal*' (8,5 M€); **iii)** desvio favorável na rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*' (22,3 M€), resultante do registo das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, as quais não foram orçamentadas.



Quanto à diferença face a setembro de 2018, destacamos **i)** aumento de 6,4 M€ na rubrica '*Gastos com o pessoal*', justificado pelo "aumento das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017"; **ii)** diminuição de 6,8 M€ na rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*', devido a uma menor variação positiva registada no *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados e **iii)** a diminuição de 10,9 M€ na rubrica '*Juros e gastos similares suportados*'.

7. Apesar da melhoria verificada, recomenda-se que o ML, no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não "*cash*" de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.

Distribuição e uso

8. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 14 de dezembro de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)